



Congresso SET EXPO: Oportunidade para novas emissoras do campo público da comunicação na implantação da TV 3.0 no Brasil

Por Francisco Machado Filho, em São Paulo

Na edição 34º Congresso de Tecnologia e Negócios de Mídia e Entretenimento SET EXPO, novamente foi possível a realização de uma mesa com especialistas e gestores de comunicação e não propriamente engenheiros de emissoras ou fornecedores da indústria na análise das tendências, inovações, tecnologias e negócios, que farão parte da implantação da TV 3.0 (DTV+) no Brasil. Esta nova geração de televisão, que traz avanços tecnológicos significativos, oferece às emissoras do campo público desafios e oportunidades únicas, talvez as mais importantes em toda sua história.

O painel, **"TV 3.0 e o Espaço Público da Comunicação"**, fruto da parceria entre a Revista da SET e a TV UNESP, fechou a programação da Sala 3 do SET EXPO 2024 discutindo as vantagens da TV 3.0 e suas consequências para o espaço público da comunicação. Nesse contexto debatemos junto a Luciana Rivelli, diretora administrativa da câmara municipal de Jundiaí; André Barbosa, CEO da Le Bar Comunicação

Digital; Adriano Adoryan, gerente de soluções na RNP, e Bráulio Ribeiro, Diretor de Operações, Engenharia e Tecnologia da EBC, com moderação de Fernando Moura, editor-chefe da Revista da SET, o futuro do campo público da comunicação.

Historicamente as emissoras do campo público sofrem com as dificuldades de se fazer televisão com

baixos orçamentos, poucos recursos tecnológicos, dependendo muito da coragem e ousadia de profissionais, professores, estudantes e organizações que acreditam na importância da educação e prestação de serviços que estão inseridos no DNA desta modalidade de televisão e, certamente, não será diferente agora. A transição para a TV 3.0 irá requerer investimentos significativos em infraestrutura, modernização de estúdios, aquisição de equipamentos de transmissão compatíveis e a atualização de sistemas de produção. A falta de financiamento específico para a modernização tecnológica será um desafio enorme para a adaptação ao novo sistema, principalmente para as TVs Universitárias.



Prof. Dr. Francisco Machado Filho da TV UNESP/Presidente da ABTU, defende a ampliação do alcance das emissoras públicas/Foto: SET

Contudo, ao mesmo tempo, a nova característica do sistema que permite a união integrada entre o mundo da radiodifusão e da internet abre oportunidades significativas para estas emissoras. Porém, será preciso, por parte de quem atua na televisão do campo público, uma boa dose de coragem, ousadia e ruptura dos paradigmas que nos prendem a um modelo de televisão alicerçado em fundamentos que foram forjados em uma época bem diferente da atual quando a sociedade resultante da Era Industrial era fortemente estratificada, com hábitos regulares de consumo e padrões de comportamento facilmente identificáveis. A programação, os formatos de programas televisivos e a publicidade foram sendo desenvolvidos para atender a demanda desta audiência. Mas, **agora tudo mudou**. A sociedade mudou. Então, só resta a televisão mudar e ela tem que se adaptar, mas ainda traz os conceitos de como a televisão foi estruturada no passado. Mesmos formatos de programas, programação etc.

Dito isso, aproveito aqui o espaço, para sintetizar uma **utopia**. Um sonho do que deveria ser as emissoras do campo público frente a esta nova sociedade, a

novas opções de distribuição de conteúdo audiovisual e a nova audiência.

Para as universidades o momento deveria atender duas questões importantes. A primeira aponta para a universidade como formadora do novo profissional para o novo sistema, como uma categoria de base do futebol. A TV 3.0 introduz novas ferramentas e formatos que exigirá uma força de trabalho familiarizada com essas inovações. Desde a produção de conteúdo em alta definição até a integração de tecnologias interativas e conectadas à internet, os profissionais terão que se adaptar rapidamente e, a falta de treinamentos adequados, pode reduzir o desenvolvimento das emissoras.

A utopia aqui seria a **"adoção"** por parte das emissoras comerciais dos cursos de formação das universidades agindo diretamente na infraestrutura de estúdios, estágios, pesquisas e desenvolvimento, assim como acontece em vários outros setores quando empresas privadas formam parcerias com instituições de ensino superior e viabilizam financeiramente os projetos e pesquisas realizadas na universidade tendo direitos sobre os resultados alcançados.



Bráulio Ribeiro da EBC disse que é preciso olhar melhor para entender os riscos e oportunidades da TV 3.0 / Foto: SET

A segunda questão requer um olhar do poder público para a televisão universitária como uma plataforma específica e não uma modalidade exclusivamente educativa. Atualmente, as emissoras universitárias em sinal aberto têm outorgas de emissoras em caráter exclusivamente educativo. Isso iguala em direito e deveres qualquer emissora educativa mesmo a que aquela que não esteja ligada diretamente a uma instituição de ensino. Ou seja, pagamos os mesmos impostos, temos as mesmas obrigações legais e estamos, ao mesmo tempo, ligadas à Legislação Federal das Comunicações e aos aspectos legais da

universidade quando instituições públicas federais, estaduais etc. A utopia aqui seria que nossos legisladores permitissem a implantação de uma nova modalidade de outorga: a modalidade universitária. Atualmente a legislação prevê as modalidades, educativa, pública e comercial. Todas elas possuem características que para as TVs Universitárias torna-se um dificultador na nossa atuação. Precisamos urgentemente de uma legislação que reconheça nossas limitações e nos dê condições econômicas para custeio de nossas atividades.

Mas, a utopia não se restringe a estes dois tópicos. A TV 3.0 traz a oportunidade de ampliar o alcance das emissoras públicas, especialmente nas áreas mais remotas do país. A tecnologia de compressão avançada permitirá a transmissão de sinais de melhor qualidade, mesmo em regiões com infraestrutura limitada. Além disso, a possibilidade de integração com a internet oferece novas opções de acessibilidade, como a inclusão de múltiplas faixas de áudio e legendagem, ampliando o acesso de pessoas com deficiência ao conteúdo de qualidade, mesmo para emissoras que não possuem sinal aberto de televisão. Ou seja, a radiodifusão não deveria ser apenas utilizada como plataforma de conteúdo televisivo, mas por meio da radiodifusão a entrega de serviços e conteúdo até mesmo fora do padrão de programas de televisão. A radiodifusão se torna um meio, que tenta passar conteúdo televisivo, como conteúdo via **streaming** que não seja audiovisual. Plebiscitos, pesquisas, documentos promovendo um diálogo direto com o público. A interatividade abre espaço para a criação de conteúdo educativo dinâmico, além de permitir uma participação mais ativa dos cidadãos em questões de interesse público. Esta é uma oportunidade para

fortalecer o papel das emissoras públicas como plataformas de democratização do conhecimento e da cultura e de serviços de governo.

A transição para a TV 3.0 no Brasil oferece uma oportunidade única para que as emissoras do campo público fortaleçam o seu papel como provedoras de conteúdos educativos, culturais, e de interesse social. No entanto, será crucial que os gestores dessas emissoras estejam atentos aos desafios inerentes à adaptação tecnológica, especialmente no que tange aos investimentos necessários e à capacitação técnica das equipes. A criação de políticas públicas que apoiem as emissoras do campo público na transição para o novo sistema será determinante para garantir a sustentabilidade dessas organizações e seu papel fundamental na comunicação brasileira.

A TV 3.0 representa uma era de maior conectividade e inovação, e as emissoras do campo público têm um papel vital a desempenhar na criação de uma mídia mais acessível, diversificada e inclusiva para todos.



"A gente precisa demonstrar em que ponto estamos, em que ponto queremos chegar e onde a gente vai chegar", ponderou Luciana Rivelli / Foto: SET



Francisco Machado Filho é graduado em Comunicação Social Habilitação Rádio e TV - Faculdades Espírito Santense (1999), mestrado em Comunicação pela Universidade de Marília (2006) e doutorado em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (2011). Atualmente é professor assistente da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Rádio e Televisão, atuando principalmente nos seguintes temas: comunicação e tecnologia, convergência, internet, TV Digital e modelo de negócios. É Vice coordenador do Grupo de Pesquisa Televisão e Televisualidades da Intercom, Diretor da TV UNESP, e Presidente da ABTU.

Contato: francisco.machado-filho@unesp.br